

DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO

HASTA PÚBLICA N.º 02-HP/DSA/DF/AC/2016

VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PERA DA QUINTA DE LAMAÇAIS

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO DA HASTA PÚBLICA

Artigo 1.º OBJETO DA HASTA PÚBLICA

1 - Venda em Hasta Pública de pêra de um pomar de pereiras, com 0,8ha, instalado na Quinta de Lamaçais, no Teixoso, Covilhã.

Artigo 2.º ENTIDADE PÚBLICA ALIENANTE

A entidade pública alienante é o Estado Português, através da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), com sede na Rua Amato Lusitano, Lote 3, 6000-150 Castelo Branco, com o telefone n.º 272 348 600 e fax n.º 272 348 625.

Artigo 3.º AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO

A autorização para a alienação é da responsabilidade da Senhora Diretora da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC).

Artigo 4.º ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1 - As dúvidas que os interessados tenham na interpretação das peças do procedimento por que se rege a presente venda, devem ser submetidas por escrito para os seguintes endereços de correio eletrónico: conceicao.lameiras@drapc.min-agricultura.pt e samuel.gamas@drapc.min-agricultura.pt, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação dos documentos da proposta.

2 - Os esclarecimentos serão prestados por escrito, através de e-mail, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação dos documentos da proposta.

3 - A falta de cumprimento do disposto no número 1, torna os interessados responsáveis por todas as consequências da errada interpretação que porventura hajam feito.

Artigo 5.º VERIFICAÇÃO DO ESTADO DO POMAR

O pomar em causa poderá ser visitado, na Quinta de Lamaçais, nos dias úteis, das **10h00 às 12h00** e das **14h00 às 17h00**, até ao penúltimo dia útil do termo do prazo indicado para a entrega das propostas, contactando previamente o **Eng.º Francisco Matos Soares**, para o **telemóvel número 963 087 305**.

As empresas que pretendam apresentar-se ao procedimento, devem desde logo, comprometer-se a:

- a) Proceder à aquisição de todos os meios e fatores de produção, para a manutenção e preservação do pomar, em boas condições, efetuando e observando as boas práticas agrícolas;
- b) Continuar a manter o referido pomar como um lugar de observação e de colocação de um posto biológico, para monitorização das pragas e das doenças da cultura em causa.

Artigo 6.º **IMPEDIMENTOS**

Não podem ser proponentes as Entidades que estejam abrangidas por qualquer das situações previstas no Art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Artigo 7.º **IDIOMA**

Os documentos devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.

Artigo 8.º **DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

1 - Para ficarem habilitados a licitar, os interessados devem apresentar os seguintes documentos:

- a) A proposta, na qual indicam o valor oferecido, conforme Modelo de Proposta, em anexo;
- b) Anexo I, conforme consta deste programa de procedimento, modelo de declaração, a que se refere a alínea a), do n.º 1 do Art.º 57.º do CCP.

2 - Os documentos de habilitação, elaborados nos termos do número anterior, devem ser encerrados em envelope opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrito "**Hasta Pública n.º 02-HP/DSA/DF/AC/2016**", bem como o nome ou denominação social do concorrente e entregues diretamente, ou enviados por correio registado, para a sede da DRAPC, Rua Amato Lusitano, Lote 3, 6000-150 Castelo Branco. Podem os mesmos documentos, em alternativa, ser enviados, por e-mail, para os seguintes endereços de correio eletrónico: conceicao.lameiras@drapc.min-agricultura.pt e samuel.gamas@drapc.min-agricultura.pt.

3 – Os documentos referidos no número 1 deverão ser entregues até às **18h00 do dia 17 de junho de 2016**.

Artigo 9.º **CRITÉRIOS DE ADMISSÃO**

1 - As candidaturas recebidas, com os respetivos documentos, são ordenadas e listadas, por ordem de entrada.

Artigo 10.º **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação é feita ao concorrente que oferecer o preço mais elevado para a aquisição. Caso se verifique empate entre as propostas, cujos concorrentes não estejam presentes à licitação verbal, determinam-se, para efeitos de adjudicação condicional, os seguintes critérios de desempate:

- 1.º A Proposta que indique o prazo mais curto de pagamento;
- 2.º A proposta que entrar em primeiro lugar nos serviços.

Ao valor da maior oferta obtida na licitação acresce, obrigatoriamente, o IVA à taxa de 6%.

A DRAPC reserva-se ao direito de não adjudicar pelos valores propostos, caso não os considere aceitáveis.

Artigo 11.º **ATO PÚBLICO**

1 - O ato público terá lugar pelas **10h00m do dia 20 de junho de 2016**, na seguinte morada: Biblioteca da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Rua Amato Lusitano, Lote 3, 6000-150 Castelo Branco.

2 - No Ato Público, a Comissão, começa com a abertura das propostas, seguindo a ordem de entrada das mesmas, à qual caberá verificar se os documentos apresentados pelos proponentes se encontram em conformidade com o estabelecido no presente “Programa do Procedimento”. Terminada aquela verificação, a Comissão deliberará sobre a admissão ou exclusão dos proponentes.

3 - Os documentos a apresentar são a Proposta e o Anexo I, conforme descrito no art.º 8.º. A não apresentação de qualquer deles motiva a exclusão do concorrente.

4 - Seguidamente, haverá lugar à licitação a partir da proposta de valor mais elevado, sendo o valor de cada lanço de € 10,00 (dez euros).

5 - Ao Ato Público pode assistir qualquer interessado, apenas nele intervindo os proponentes ou seus representantes, desde que sejam portadores de credencial emitida pelo concorrente, indicando os plenos poderes do seu representante, o qual deve estar munido de bilhete de identidade, ou cartão de cidadão, para poder:

- a)** Apresentar reclamações sempre que seja cometida, no próprio ato, qualquer infração à legislação aplicável, ou ao presente programa;
- b)** Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro proponente, ou contra a sua própria exclusão, ou da entidade que representam;
- c)** Examinar a documentação apresentada, durante um período razoável, a fixar pela Comissão.

6 - Em qualquer momento, o presidente da Comissão pode interromper o Ato Público, fixando de imediato, a hora e o dia da sua continuação, devendo justificar os motivos pelos quais o faz.

7 - A licitação termina, quando o Presidente da Comissão tiver anunciado, por três vezes, o lance mais elevado e este não for coberto.

8 - A licitação verbal terá como lances mínimos, o valor de € 10,00 (dez euros).

9 - Finda a licitação verbal, o lote será adjudicado, condicionalmente, a quem tiver oferecido o valor mais elevado, ficando a adjudicação definitiva a aguardar autorização da Senhora Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

10 - No ato de adjudicação, é lavrado um Auto de Venda, com a indicação do valor da proposta, as respetivas condições de pagamento e com a identificação do adjudicatário, a quem é entregue o original.

11 - Formas de pagamento:

a) Pagamento total integral até 31/10/2016;

b) Pagamento total fracionado em 2 prestações, após a adjudicação e nos seguintes termos:

- 1.º pagamento de 50% do valor total da proposta até 31/08/2016;

- 2.º pagamento de 50% do valor total da proposta até 30/09/2016;

12 - O pagamento pode ser efetuado nas seguintes modalidades:

a) Cheque emitido à ordem do I.G.C.P. – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública;

b) Numerário;

c) Transferência bancária para o IBAN: PT50 0781 0112 0000000 7793 69 I.G.C.P. - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

13 - Do Ato Público será lavrada ata, sendo assinada por todos os membros da Comissão.

Artigo 12.º
FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

1 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, as falsas declarações determinam a caducidade da adjudicação.

2 - Nas situações previstas no número anterior, a adjudicação será efetuada ao concorrente, que em licitação verbal, tenha apresentado o valor imediatamente abaixo, ou caso não haja licitação verbal, ao concorrente que apresentou a proposta de valor imediatamente abaixo.

Artigo 13.º
ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

A entidade competente para autorizar a alienação pode, a qualquer momento, anular o procedimento, quando razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.



Artigo 14.º
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e na Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro e, subsidiariamente, no CCP.

Castelo Branco, 8 de junho de 2016.